



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2014
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Mauro Borges, acerca dos repasses efetuados a fundo perdido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e por outros programas do Ministério.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, **Sr. Mauro Borges**, sobre investimentos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Solicita-se que seja informado o seguinte:

- Relação dos empréstimos com recursos “a fundo perdido” realizados nos últimos 20 (vinte) anos discriminado, ano a ano, por: projetos contemplados; valor total dispendido por projeto e por país; quanto representa os recursos repassados “a fundo perdido” sob o montante repassado aos projetos e aos países e demais condições gerais dos empréstimos, entre elas: taxa de retorno do investimento, prazo de carência, prazo de pagamento, existência de cláusula de sigilo de contrato com o cliente e modalidade do empréstimo;
- Participação, em termos absolutos e percentuais, de recursos do Tesouro e do BNDES nos empréstimos a fundo perdido.
- Legislação que possibilita esse tipo de repasse e utilizada como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

base pelo BNDES;

- Eventuais limites para destinação de recursos sob essa modalidade;
- Listagem de todos os programas desse Ministério que destinam recursos a “Fundo Perdido”;
- Em relação aos repasses realizados a Cuba para investimento no Porto de Mariel espera-se, ainda, saber: valor *exato* de recursos do Tesouro Nacional para subsidiar a taxa de juros paga por Cuba na operação de Mariel; razões que fizeram o valor do empréstimo subir do valor inicialmente projetado de US\$ 600 milhões para US\$ 957 milhões; prazo para pagamento do referido empréstimo e taxa de juros paga por Cuba na construção do referido porto.

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, o Brasil tem investido alta quantia de recursos públicos para aplicação em projetos a serem realizados em outros países. Sabemos que parte desses recursos foi repassado “a fundo perdido”, ou seja, o Brasil não espera receber nada por eles. São recursos retirados de toda a sociedade brasileira para serem investidos em outros países sem a contrapartida direta de retorno desses montantes.

Recentes reportagens veiculadas no site Congresso em Foco colocou luz sobre esse tipo de modalidade de repasse de recursos ao divulgar os termos do acordo firmado entre o Brasil e Cuba para a construção do porto de Mariel. No entanto, muitas informações não foram devidamente esclarecidas pelas autoridades. Algumas, inclusive, foram consideradas reservadas e só poderão ser conhecidas por toda a sociedade brasileiras daqui a alguns anos.

Tais repasses precisam ser devidamente esclarecidos porque nossos representantes têm o dever de dar publicidade de seus atos, especialmente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

daqueles que retiram recursos que poderiam ser gastos em nosso país, ainda carente de diversos itens básicos a uma nação socialmente justa, para serem enviados a outros países. A justificativa de tal decisão precisa estar devidamente esclarecida para que não paire nenhuma dúvida das razões que motivaram tais decisões. A transparência na realização de acordos entre o BNDES e outros países, principalmente quando tais acordos infringem perdas aos cofres do Tesouro, é essencial para a manutenção da confiança que depositamos nessa Instituição.

Um dos custos indiretos de vivermos em uma democracia é aquele que condena às autoridades públicas a colocarem as suas decisões ao crivo de toda a sociedade. Esse julgamento, que é um dos pilares das democracias, é essencial para que os cidadãos possam saber se seus representantes estão se comportando da forma como eles esperam. Essas informações são essenciais para que todos formemos nossas opiniões sobre os governos e possamos livremente decidir se desejamos ou não se os atuais mandatários dos governos continuem sendo os nossos representantes.

Dessa forma, é preciso conhecer as explicações do Sr. Ministro Fernando Pimentel em relação ao envio desses recursos ao exterior, principalmente porque tais acordos podem ser lesivos aos cofres do Tesouro. Precisamos, ainda, de mais explicações sobre o repasse de recursos para a construção do porto de Mariel, em Cuba.

Urgente se faz, portanto, o esclarecimento do Sr. Ministro quanto ao repasse desses recursos e sobre o acordo realizado em com Cuba.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 2014.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR